

Medindo a Qualidade de Vida I: Introdução, Indicadores e Aplicação Real

Não se pode fazer avaliações baseando-se apenas em fatores e impressões subjetivas. No caso da gestão municipal, para que se possa avaliar os resultados e também para que seja possível acompanhar a evolução da qualidade de vida, são necessárias informações quantitativas, que expressem em números os resultados das ações do governo municipal ou forneçam uma referência. Essas informações são chamadas *indicadores*, e têm um papel importante no planejamento e avaliação das ações de governo.

Indicadores e índices são números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade, ou apresentam uma relação entre vários aspectos. Adotando-se técnicas para ponderação dos valores, pode-se criar índices que sintetizem um conjunto de aspectos da realidade e representem conceitos mais abstratos e complexos como qualidade de vida, grau de desenvolvimento humano de uma comunidade ou, ainda, nível de desempenho de uma gestão. Estes indicadores estão sempre sujeitos a questionamento, pois a escolha dos aspectos da realidade a serem considerados é influenciada por opções políticas e distintas visões da realidade. Para um determinado grupo, por exemplo, pode ser mais importante considerar a oferta de transporte coletivo do que o número de telefones instalados. Além dessa restrição, há o problema da disponibilidade das informações. Um índice, para que possa ser comparado com outros municípios e com outros períodos, é preciso que as informações que o compõem estejam disponíveis para outros municípios e períodos. Sem possibilidade de comparação, não há utilidade alguma para um índice.

Muitos foram os indicadores criados pelas mais variadas insti-

tuições, porém vamos citar alguns deles. Um Instituto Paulista, por exemplo, realizou uma pesquisa denominada "Evolução Comparada da Qualidade de Vida nos Municípios Brasileiros - O Melhor Desempenho de uma Prefeitura", construindo índices de qualidade de vida e de gestão municipal. Para testar a hipótese de que os índices eram uma ferramenta útil para explicar a realidade, foram escolhidos 14 municípios de diversos portes em vários estados do país, aplicando-se, para todos, um mesmo padrão de análise: Porto Alegre-RS, Niterói-RJ, Curitiba-PR, Florianópolis-SC, Vitória-ES, Paraipaba-CE, Icapuí-CE, Santos-SP, São Paulo-SP, Santo André-SP, Osasco-SP, Jaboticabal-SP, Taquaritinga-SP e Diadema-SP. O estudo incluiu também uma avaliação das ações das gestões municipais nos últimos anos.

Os pesquisadores desenvolveram dois índices municipais. Um, abrange aspectos de qualidade de vida e, o outro, de gestão municipal. Para possibilitar comparações, foi necessário definir variáveis que pudessem ser obtidas para um conjunto significativo de municípios. Para o primeiro índice, os pesquisadores utilizaram informações coletadas pelo IBGE (censo de 1991). Na construção do segundo índice, foi possível contar com informações adicionais, da Fundação SEADE, para os municípios do estado de São Paulo. Essas mesmas informações foram coletadas nos 7 municípios estudados que não se localizam no estado.

A metodologia utilizada para a construção dos índices inspirou-se no conceito formulado por: Amartya Sen. Neste conceito baseou-se o Banco Mundial para comparar os estágios de desenvolvimento humano de diferentes países - o Índice de Desenvolvimento Humano.

O cálculo dos índices, neste método, é feito através da atribuição de notas entre zero e um, respectivamente para o pior e o melhor valor para cada indicador em estudo.

Assim, por exemplo, um município que tenha 100% de domicílios com fornecimento de água satisfatório terá o indicador correspondente com valor igual a um. Os vários indicadores setoriais são sintetizados em um único índice composto, que permite o estabelecimento de um ranking de qualidade de vida.